



A preposição na Educação Básica: contribuições epistemológicas e metodológicas da Gramática Gerativa

Bolsista: Giovanna Santos Pereira

Orientador: Prof. Dr. Aquiles Tescari Neto

Resumo: Esta pesquisa se orientou por uma demanda gerada pelo contexto de sala de aula e pelos documentos oficiais: como as teorias gramaticais poderiam contribuir no processo de ensino e aprendizagem do tópico classe de palavras, o principal conteúdo ensinado no programa de Língua Portuguesa na Educação Básica (cf. Neves, 1990). Assim, a proposta metodológica deste projeto dividiu-se em dois eixos principais: o primeiro de investigação (teórica) dos critérios de reconhecimento da classe de palavra preposição em gramáticas tradicionais, manuais de linguística teórica e livros didáticos, a fim de desenhar um pequeno panorama sobre a conceituação desse tópico gramatical; o segundo voltado para a elaboração de uma intervenção pedagógica complementar ao livro didático, tendo a epistemologia e a metodologia da Gramática Gerativa como base para o trabalho de Análise Linguística.

Palavras-chave: Sintaxe Gerativa; Classe de palavras; Ensino de gramática.

1. Introdução

A proposta desta pesquisa dialogou com um conjunto de reflexões sobre as práticas de *Análise Linguística* (Geraldi, 1984) na Educação Básica, mais especificamente, sobre qual gramática ensinar, como ensinar e com quais objetivos fazê-lo (Possenti, 1996; Pilati, 2017; Tescari Neto, 2018). A linguística, ainda que uma ciência relativamente nova, já trouxe grandes avanços para o ensino da Língua Portuguesa como língua materna. Em 1957, por exemplo, o linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr. identificou que os erros apontados pelos professores de ensino fundamental e médio nas produções orais e escritas de seus alunos nada mais eram que tendências e inovações pelas quais passava o idioma na época. Em seu trabalho, o linguista apontou o equívoco em tomar as manifestação de mudanças na língua como incapacidade dos alunos, assim como recomendou que os docentes levassem em consideração a situação linguística vigente no Brasil àquela época para o contexto de sala de aula. Ao longo dos 60 anos de evolução da Linguística no Brasil, foi possível criar uma figura fundamental na sociedade brasileira: o pesquisador profissional da linguagem, o linguista, para multiplicar as maneiras de estudar a língua e defender um olhar científico sobre os fenômenos que a língua produz. Embora a Linguística seja uma ciência teórica cuja função primária não é produzir orientações voltadas ao ensino (Ilari, s.d.), é inegável a contribuição do linguista teórico no contexto de sala de aula, uma vez que conceitos e teorias linguísticas foram fundamentais ao processo de ensino-aprendizagem, como o movimento de abordar a língua por outras perspectivas para além da correção e da prescrição. Diante desse cenário, partimos da premissa de que o olhar da Gramática Gerativa tem muito a contribuir no processo de repensar o lugar da análise gramatical nas aulas de Língua Portuguesa no ensino regular. Infelizmente, ainda persiste no imaginário social uma concepção estática sobre a língua, além de uma visão equivocada de que ela seja uma completa estranha ao indivíduo. Assim, é fundamental que, no âmbito educacional, seja incentivada uma educação linguística orientada por uma perspectiva científica, mediante procedimentos metodológicos, como formulação e testagem de



hipóteses e raciocínio inferencial sobre dados linguísticos. Para isso, partimos do pressuposto de que o estudante já traz consigo um conhecimento linguístico inato e internalizado.

2. Orientação metodológica

Pela perspectiva da Teoria Gerativa, idealizada pelo linguista estadunidense Noam Chomsky ainda na década de 1950, a língua é considerada um estado mental individual, resultado de uma capacidade linguística biológica (Chomsky, 1957; 1986). Todo indivíduo da espécie humana é dotado de um dispositivo conhecido como *Faculdade da linguagem*, um componente inato da mente/cérebro que origina o conhecimento linguístico a partir do confronto com a experiência linguística do indivíduo e, em seguida, transforma essa experiência em um conhecimento sistematizado. Esse componente armazena o estado inicial da linguagem e concentra um conjunto de regras e restrições denominado *Gramática Universal*. Aos sete anos aproximadamente, a criança já terá consolidado o sistema de regras e restrições de sua língua; desse modo, caberá ao professor de língua materna oferecer ferramentas que explicitem ao aluno o conhecimento gramatical internalizado que este possui. Para este trabalho, a ferramenta metodológica selecionada foi o *método negativo*, metodologia de investigação que usa o julgamento de gramaticalidade do falante: delimitamos uma unidade linguística por meio da avaliação do falante de sentenças bem/mal formuladas. Ao partirmos de um *dado linguístico negativo*, aquele que não é realizado na língua, conseguimos aferir a gramática do falante, pois são explicitadas as restrições impostas pela Gramática Universal do indivíduo. Através do processo de formulação e testagem de hipóteses das razões por que certas sentenças são bloqueadas pela (gramática da) língua, os sujeitos conseguem compreender melhor a própria gramática (Pires de Oliveira, 2010). Quando importamos essa metodologia científica para a sala de aula, recuperamos a autoestima linguística dos alunos, combatemos preconceitos e estigmas linguísticos e contribuimos para reverter a repulsa que grande parte dos estudantes desenvolveu pelos estudos gramaticais.

Neste trabalho especificamente, voltamos o olhar da Teoria Gerativa para o principal conteúdo ensinado no programa de Língua Portuguesa do ensino regular: o reconhecimento e classificação dos vocábulos em classes (cf. Neves, 1990). Na tradição dos estudos gramaticais, a classificação dos vocábulos em classe, segundo Câmara Jr. (1970) e Donati (2008), apoia-se em três critérios principais:

- a) Critérios semânticos: levam em conta informações puramente substantivas do léxico, i.e., fazem referência ao universo biossocial que se incorpora na língua; assim, segundo os gramáticos, os substantivos “nomeiam os seres”; os verbos indicam “ação, estado, processo”;
- b) Critérios morfológicos: baseiam-se em propriedades puramente formais dos vocábulos; assim, os nomes e os adjetivos são variáveis, i.e., são suscetíveis de flexão em gênero e número; advérbios, não;
- c) Critérios funcionais: levam em conta a função que o vocábulo desempenha na sentença; assim, substantivos não podem ocupar a posição sintática dos verbos e vice-versa.

De acordo com Câmara Jr. (1970), a classificação dos vocábulos tem seus antecedentes em trabalhos do gramático alexandrino Dionísio da Trácia (170 a.C. - 90 a.C.), que propôs uma descrição para o grego antigo. Contudo, para o autor, a prática de classificar palavras em classes, em conformidade com os critérios ali empregados, não está isenta de problemas. Para Pinilla (2011), nem sempre os autores de livros didáticos (daqui em diante, LDs) consideram igualmente os mesmos aspectos ao classificar as palavras; na maior parte das vezes, há favorecimento ora de um, ora de outro critério. Também há casos em que se prioriza apenas o tratamento semântico ou morfológico dos vocábulos, segundo a autora, pois raramente o estudo seria ampliado para o critério sintático das classes de palavras (daqui em diante, CIPs). Perini (1995) também sugere que, embora os conjuntos de palavras sejam determinados com base em similaridade de comportamento formal



(critério morfológico), por exemplo) é essencial analisar a função (critério sintático) que eles desempenham para propiciar a compreensão de características semânticas e morfológicas. A partir do consenso entre os estudiosos de que as definições de CIPs em LDs carecem de revisão, esta pesquisa buscou mapear, em gramáticas tradicionais, manuais de linguística teórica e LDs, como é retratado o reconhecimento da CIP preposição, objetivando propor uma metodologia complementar à sugerida nos LDs para o tratamento, em sala de aula, dessa CIP.

Optamos pelo estudo das preposições, pois são marcações linguísticas que abarcam relações físicas e psicológicas a respeito do mundo simbólico e espacial no qual o falante se insere. Em português, este termo é adequado para reunir os elementos que compõem esta CIP, uma vez que são posicionados à frente de sintagmas preposicionais. Enquanto elementos relacionais, as preposições desempenham papel sintático (i.e., na atribuição de Caso a DPs) e semântico (ao expressarem relações de espaço, tempo, modo e noção) na sentença. Por isso, investigamos o quê dessas categorizações é levado ao ensino de língua portuguesa, e como tais caracterizações são apresentadas aos estudantes. Esta pesquisa se desenvolveu considerando dois eixos metodológicos. O primeiro consistiu na investigação (teórica) junto a quatro gramáticas tradicionais (cf. Barbosa, 1822; Bechara, 2009; Cunha e Cintra, 2017; Rocha Lima, 1998), dois manuais de linguística geral (cf. Azeredo, 2004; Câmara Jr., 1970); e três LDs do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio de 2018 (cf. Abaurre et al., 2016; Cereja et al., 2016; Faraco, 2016). O segundo foi voltado à elaboração de uma proposta metodológica complementar à dos LDs orientada pelo método negativo proposto por Chomsky (cf. Chomsky, 1957, 1986).

3. Resultados

Conforme observado, grande parte das definições da CIP preposição envolveram os critérios defendidos por Câmara Jr. (1970) e Donati (2008) para o reconhecimento da CIP. Contudo, notam-se divergências entre as diferentes postulações, que poderiam ser melhor exploradas em um contexto de sala de aula. Nos LDs, constatamos a afirmação de Pinilla (2001), pois os autores claramente privilegiavam um critério em detrimento dos outros quando introduziam a CIP aos alunos. No capítulo elaborado por Abaurre et al. (2016), há uma ênfase maior, já desde o início, no critério semântico; Faraco (2016), por sua vez, enfatizou o critério morfológico; Cereja et al. (2016), por fim, é o único dos três LDs que evoca o conhecimento linguístico inato dos estudantes, ao ocultarem a CIP em sentenças nas quais elas se faziam necessárias para que os estudantes reparassem no papel dessas palavras em seus enunciados. Por fim, percebemos também que nem todas as conceituações são tão esclarecedoras o suficiente para o trabalho com a referida CIP no ensino de língua materna na Educação Básica. Por isso, reforçamos a necessidade da mediação do professor, enquanto pesquisador, para o trabalho conjunto com seus alunos a fim de que haja a transposição desses conhecimentos para a prática de análise linguística nas aulas de língua portuguesa.

Autor	Critério morfológico	Critério semântico	Critério sintático
Abaurre et al. (2016)	X	X	X
Azeredo (2004)	X	X	X
Barbosa (1822)	X	X	X
Bechara (2009)	X		X
Câmara Jr. (1970)	X	X	X



Cereja et al. (2016)	X	X	X
Cunha e Cintra (2017)	X	X	X
Faraco (2016)	X	X	X
Rocha Lima (1998)		X	X

Quadro 1: Quadro sinótico dos conceitos e critérios para a CIP preposição.

Nesta pesquisa, com as revisões didáticas necessárias, buscamos levar o ferramental teórico-metodológico promovido pela epistemologia gerativa para o tratamento das preposições na Educação Básica, conforme se observa no modelo de intervenção pedagógica a seguir.

- 1) Leia com atenção o trecho reproduzido a seguir, retirado de um editorial do jornal Folha de S. Paulo, publicado em 28 de set. 2018.

Um milhão mortos

Contagem vidas destruídas pandemia atinge novo marco meio expectativa criada vacinas

Os serviços saúde contabilizam um milhão mortes Covid-10 planeta, passados apenas 260 dias notificação primeiro óbito China. A marcha hiperbólica novo coronavírus já infectou mais 33 milhões, oficialmente.

- a) Estabeleça hipóteses: quais alterações linguísticas foram realizadas no excerto que o diferenciam da publicação original do editorial?
- b) Quais são os efeitos dessas alterações linguísticas para o leitor do trecho?

- 2) Observe o excerto, agora reescrito.

Um milhão POR mortos

Contagem CONTRA vidas destruídas DE pandemia atinge novo marco COM meio POR expectativa criada ENTRE vacinas

Os serviços COM saúde contabilizam um milhão PARA mortes EM Covid-10 PARA planeta, passados apenas 260 dias EM notificação COM o primeiro óbito PARA a China. A marcha hiperbólica ATÉ o novo coronavírus já infectou mais SOB 33 milhões, oficialmente.

- a) A qual categoria pertencem as palavras destacadas no excerto?
- b) Essas palavras em destaque exercem qual função na língua portuguesa?
- c) Na forma como foram aplicadas, qual o efeito para a leitura do trecho?
- d) Reescreva o trecho realizando as adaptações que julgar necessárias para que o trecho se aproxime da versão oficial publicada no jornal.

Nesse exemplo, buscamos trabalhar com o reconhecimento das preposições considerando os critérios sintáticos, a partir da remoção desses termos nas orações. Trabalhamos também com a consequência dessa ação: a alteração sintática afeta diretamente a semântica dos enunciados. Os alunos responderão individualmente essas questões e depois podem discutir coletivamente os resultados obtidos, para comparar as respostas. Com o oferecimento dos dados negativos, buscamos que os estudantes reflitam sobre a função desempenhada pelas preposições nas orações a partir de sua ausência, além da explicitação do papel dessa CIP na construção da noção de gramaticalidade das sentenças.

4. Considerações finais

Nosso ponto de partida foi a constatação de que o ensino de classe de palavras tem uma grande recorrência nos currículos de Língua Portuguesa da Educação Básica. Nesse cenário, é



fundamental refletir acerca dos critérios e conceitos envolvidos para a definição dessa categoria gramatical no ensino de língua materna, por isso, realizamos um mapeamento de como manuais de linguística teórica, gramáticas normativas e livros didáticos têm abordado uma CIP específica: as preposições. Aqui, incentivamos que o docente de língua materna proporcione uma educação linguística que combata a ideia de que os conteúdos gramaticais não pertençam ao aluno. Munido da perspectiva epistemológica e metodológica da Gramática Gerativa, o professor é capaz de explicitar aos alunos um conhecimento gramatical que já é internalizado por eles. Consequentemente, estes desenvolvem suas habilidades linguísticas (como interpretação e produção de enunciados) e sua capacidade de reflexão sobre a própria língua.

5. Referências

- Abaurre, M. L. M. *Português: contexto, interlocução e sentido*. SP: Moderna, 2016.
- Azeredo, J. C. *Fundamentos de gramática do português*. 3. ed. RJ: Jorge Zahar, 2004.
- Barbosa, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- Bechara, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. RJ: Nova Fronteira, 2009.
- Câmara JR., J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 34. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1970.
- Cereja et al. *Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso*. SP: Saraiva, 2016.
- Chomsky, N. *Syntactic structures*. La Haya Mouton, 1957.
- _____. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. NY: Praeger, 1986.
- Cunha, C.; Cintra, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. RJ: Lexikon, 2017.
- Donati, C. *La sintassi: regole e strutture*. Bologna: il Mulino, 2008.
- Faraco, C. A. *Português: língua e cultura*. Curitiba: Base Editorial, 2016.
- Geraldi, J. W. *O texto na sala de aula: leitura & produção*. 2. ed. Assoeste, Cascavel, 1984.
- Ilari, R. (s.d.). *Linguística e ensino da língua portuguesa como língua materna*. Disponível em: <museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09/ENSINO-COMO-LINGUA-MATERNA.pdf> Acesso em: set. 2020.
- Neves, M. H. M. (1990). *Gramática na escola*. Contexto, SP, 1990.
- Perini, M. *Gramática descritiva do português*. SP: Ática, 1995.
- Pilati, E. *Linguística, gramática e aprendizagem ativa*. Ed. Pontes, Campinas, 2017.
- Pinilla, M. A. "Classe de palavras" In: Vieira, S. R.; Brandão, S. F. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. Contexto, SP, p. 169-184, 2011.
- Pires de Oliveira, R. "A linguística sem Chomsky e o método negativo". *ReVEL*, vol. 8, n. 14, p. 1-19, 2010.
- Possenti, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Mercado de Letras, Campinas, 1996.
- Rocha Lima, C. H. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 36. ed. RJ: José Olympio, 1998.
- Tescari Neto, A. "Análise linguística na educação básica com ambiguidade". Nascimento, L.; Souza, T. C. C. *Gramática(s) e discurso(s): ensaios críticos*. Mercado de Letras, Campinas, p. 173- 206, 2018.
- Tescari Neto, A.; Perigrino, M. "O verbo e o substantivo em livros didáticos: contribuições da gramática gerativa às aulas de português". *Revista da Abralín*, v.17, n. 1, p. 152-191, 2018.